

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo I: Cultura Patrimonialista e Corrupção	5
1.1. Dominação tradicional e patrimonialismo	5
1.1.1. A dominação de poder em Weber	7
1.1.2. A dominação tradicional patrimonial.....	11
1.2. Origem e desenvolvimento da cultura política nacional.....	19
1.2.1. A formação do Estado patrimonial português.....	20
1.2.2. A invenção do Brasil: corruptos e corruptores.....	38
1.3. A corrupção institucionalizada.....	86
1.3.1. Cultura brasileira da corrupção.....	91
1.3.1.1. “Você sabe com quem está falando?”	92
1.3.2. Estatísticas da corrupção no Brasil.....	93
1.3.2.1. Pesquisa “Os Brasileiros e a Corrupção” (Vox Populi/UFMG)	94
1.3.2.2. Pesquisa Social Brasileira (PESB): o “jeitinho brasileiro”	97
1.3.2.3. Pesquisa “Escolas corruptas, universidades corruptas: O que pode ser feito” (UNESCO/IIPE).....	105
1.3.2.4. Obra “A Economia Política da Corrupção no Brasil” (Senac).....	112
1.3.2.5. Trabalho “Fraude e corrupção no Brasil: a perspectiva do setor privado” (Kroll).....	113
1.3.2.6. Pesquisa sobre a compra de votos (IBOPE/TB/UNACON)	114
1.3.2.7. Pesquisa sobre a corrupção nacional (IBOPE/TB/IPM)	114
1.3.2.8. Índice de Percepção de Corrupção (TI)	115
1.3.2.9. Relatório Anual de Governança do Banco Mundial (Bird).....	116

Capítulo II: O Estado Democrático de Direito e a Defesa da Moralidade Administrativa	121
2.1. O Estado de Direito e a perspectiva garantista	121
2.1.1. O Estado Instrumental de Ferrajoli: O Ponto de Vista Externo	126
2.1.2. Estado garantista versus Estado patrimonial	132
2.1.2.1. Da Concepção de Estado.....	132
2.1.2.2. Da legitimidade do Estado.....	133
2.1.2.3. Do Sistema Normativo	134
2.1.2.4. Da Soberania Estatal.....	134
2.1.2.5. Do Estado de Impunidade	135
2.1.2.6. Estado social e Estado assistencialista	136
2.2. Inserção constitucional do princípio da moralidade administrativa	139
2.2.1. Interesse público na concepção garantista.....	142
2.2.2. Sobre os princípios	147
2.2.3. Princípio da Moralidade Administrativa	152
2.2.3.1. Inserção constitucional	161
2.2.3.2.1. Significado	164
2.2.3.2.2. Consequências.....	166
2.3. A moralidade administrativa e a jurisprudência nacional	171
2.3.1. O princípio da moralidade administrativa no STF	173
2.3.2. O princípio da moralidade administrativa no STJ	179
2.3.3. O princípio da moralidade administrativa no TJSC	182
2.3.4. O princípio da moralidade administrativa e o nepotismo	187
2.3.4.1. O nepotismo e suas raízes patrimoniais.....	189
2.3.4.2. O programa de combate ao nepotismo em Santa Catarina	192
2.3.4.3. O nepotismo e a Súmula Vinculante nº 13, do STF.....	196

Capítulo III: Instrumentos Constitucionais no Combate à Corrupção	201
3.1. Ministério Público e combate à corrupção	201
3.1.1. O Ministério Público e o Estado Democrático de Direito	205
3.1.2. Órgão primordial de combate à corrupção	213
3.2. O combate repressivo aos atos de corrupção e à impunidade	217
3.2.1. A impunidade como estímulo à corrupção	218
3.2.2. A investigação dos atos de corrupção.....	222
3.2.3. Lei de Improbidade Administrativa: Lei nº 8.429/92	227
3.2.4. O instrumento da Ação Civil Pública	231
3.3. A atuação preventiva e a educação das novas gerações	235
3.3.1. Os movimentos sociais.....	240
3.3.2. O projeto “O que você tem a ver com a corrupção?”	243
3.3.3. A educação como instrumento de conscientização para a democracia.....	247
3.3.3.1. Uma consciência universal.....	249
3.3.3.2. O processo de educação: seres pensantes	250
Conclusão	257
Referências	261